

Texto de Hans Küng (1968) publicado no Le Forum Catholique

Para muitos, a crise na Igreja que estamos sofrendo desde o Vaticano II seria apenas consequência das interpretações progressistas de textos que, “à luz da Tradição”, não deveriam ter gerado todos os desvios a que se pode assistir dos anos sessenta até nossos dias. Parece, no entanto, que tal visão das coisas é contrária à realidade e essa é a opinião mesmo de personagens muito influentes no Concílio.

Com efeito, na brochura intitulada Veracidade (Wahrhaftigkeit) editada por Herder (Fribourg, Basel, Wien) em 1968, em uma série de “pesquisas ecumênicas” sob a direção conjunta de Hans Kung e Joseph Ratzinger, pode-se ler, na edição original, p.164 e seguinte, a constatação exposta com toda a clareza desejável pelo autor, da incompatibilidade radical entre a doutrina do Concílio Vaticano II e o ensinamento anterior do magistério da Igreja Católica.

Naturalmente, dificuldades particulares provêm da mudança de rumo na doutrina católica. Nós deveríamos abordar essa problemática sem temor e com toda a franqueza. No interior da Igreja Católica, como no exterior, se acusou severamente o Concílio Vaticano II de ter tentado ocultar a mudança de rumo doutrinário ou, em todo caso, de não o ter claramente exprimido, como se, nas questões controvertidas, a Igreja Católica assim como os Papas tivessem sempre ensinado o que eles ensinam hoje.

Com efeito, parece impossível, em todos os pontos importantes da nova doutrina católica, de reivindicar uma continuidade e, sobretudo, de prová-la com argumentos teológicos. Basta comparar os documentos dogmáticos que possuíam autoridade nos anos sessenta do século passado [ou seja, no século XIX] logo antes do Vaticano I – especialmente o “Syllabus, resumo dos principais erros do nosso tempo”, de Pio IX (1864) – com os documentos magisteriais do Vaticano II, dos anos sessenta de nosso século [no caso, o século XX] para constatar logo que seriam precisos os métodos totalitários dos ideólogos políticos para transformar todas as contradições em desenvolvimento lógico.

O esquema do desenvolvimento doutrinário encontra seus limites onde a tese contrária é afirmada com toda a clareza. A aprovação do progresso moderno, das conquistas da liberdade moderna e da cultura moderna na Constituição Pastoral da Igreja no Mundo de Hoje (1965) não pode, de modo algum, ser entendida como “desenvolvimento” da doutrina de 1864, na qual é solenemente condenada a tese: “o Papa pode e deve se reconciliar e simpatizar com o progresso, o liberalismo, a nova cultura (civilização)” (Denz. 1780). Os dois termos explícito e

implícito, empregados habitualmente quando se trata de desenvolvimento dogmático, nesse caso são impotentes.

A aprovação da liberdade religiosa no Vaticano II não está contida nem explícita nem implicitamente na condenação da liberdade religiosa por Pio IX. Não é possível igualmente se safar dizendo que os tempos mudaram e que se quis naquele tempo apenas condenar os excessos negativos da liberdade religiosa (assim como outras conquistas modernas do mesmo gênero). Basta ler as próprias condenações:

77. Erro: *“Em nossa época, não convém reconhecer a religião católica como a única religião reconhecida pelo Estado, com exclusão de todas [as outras] maneiras de honrar a Deus” (Denz. 1777).*

78. Erro: *“Assim é louvável quando nos diversos países católicos a lei prevê que os imigrantes pratiquem publicamente sua religião, qualquer que ela seja” (Denz. 1778)*

79. Erro: *“Pois é falso que a liberdade religiosa dos cidadãos, assim como a faculdade plena e inteira para todos de publicar livre e abertamente quaisquer opiniões e idéias, possa facilmente induzir nas nações a dissolução dos costumes e do espírito, e espalhar a chaga do indiferentismo”. (Denz. 1779).*

Poder-se-ia igualmente, ainda que de maneira menos literal, encontrar similitudes em outras declarações: por exemplo, sobre a obstrução dos decretos romanos ao livre progresso da ciência (Denz. 1912; a comparar com as reformas do Papa Paulo VI sobre a autoridade inquisitorial do Santo Ofício), igualmente sobre a questão da oportunidade do método escolástico e dos princípios no estudo da teologia (Denz. 1713; a comparar com aquele da teologia a partir da Sagrada Escritura exigida pelos decretos sobre a formação dos padres e sobre o ecumenismo); em seguida, sobre a duvidosa questão da força secular na Igreja e da necessidade de um Estado pontifical substancial (Denz. 1724, 1717, 1734, 1755, 1775, 1776; a comparar com a atual apresentação da Igreja, em todos os atos do Vaticano II, como uma potência espiritual destinada não a reinar mas a servir através do mundo); a mesma coisa concernente à co-responsabilidade dos Papas no cisma do Oriente (Denz. 1738; hoje nós temos os arrependimentos do Papa e do Concílio pelos cismas do Oriente e do Ocidente); sobre a condenação de toda esperança de salvação eterna para todos aqueles fora da verdadeira Igreja de Cristo (Denz. 1717; ver atualmente a afirmação formal da possibilidade de salvação para todos os humanos, mesmo fora da Igreja Católica e mesmo para os ateus de boa fé na “Constituição Dogmática sobre a Igreja” do Vaticano II) etc.